

Feminismos contra calamidades, guerras e conservadorismos

Feminisms against calamities, wars and conservatism
Feminismos contra calamidades, guerras y conservadurismo

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385
Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419
Mara Coelho de Souza Lago¹  0000-0001-5111-8699
Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



Este número da REF foi organizado em meio às crescentes instabilidades do contexto sociopolítico nacional e internacional. Essas incluem, entre outras, o caos das mudanças climáticas, os avanços do conservadorismo político e dos autoritarismos, os diversos tipos de intolerância que se interseccionam e que resultam, ao mesmo tempo que reproduzem, em profundas desigualdades de classe, gênero, raça/etnia e religião. Há que se acrescentar a violência política, as violências que explodem no cotidiano dos domicílios, dos guetos e das ruas e – o pior de tudo – as guerras entre países e guerras civis, as quais representam o ápice da barbárie, e geram a destruição de vidas, valores, sonhos e esperanças.

Alguns desses aspectos serão abordados brevemente nesse editorial. Antes disso, e para contrabalançar esse cenário assustador, queremos iniciá-lo com uma notícia alentadora não apenas para as mulheres, mas para outros estratos vulneráveis da população: a eleição de Claudia Sheinbaum, ativista, bailarina, atleta e cientista, para a presidência do México em 02 de junho deste ano. Sua expressiva vitória, com cerca de 58% dos votos, chamou atenção por vários fatores. Um deles, sem dúvida, porque se deu num país reconhecidamente machista, no qual as violências contra as mulheres têm se destacado como das maiores do mundo. Claudia foi candidata pelo partido Movimento de Regeneração Nacional (Morena), e teve sua candidatura apoiada pelo presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador. Apesar de sua origem judaica, reivindica a criação de um Estado palestino e, sem deixar de criticar a ação do Hamas em 07 de outubro de 2023, condena também fortemente a reação do governo de Israel e sua desproporcional ofensiva em Gaza (Vitor FARINELLI, 2024).

O mandato de Claudia se estenderá até 2030. Logo após a divulgação do resultado das eleições mexicanas, vários chefes de Estado e outras autoridades se apressaram em parabenizá-la, inclusive o presidente Luís Inácio Lula da Silva. Com sua eleição, passam a ser quatro os países presididos e governados por mulheres, no âmbito daqueles reconhecidos pela ONU: México, Claudia Sheinbaum; Perú, Dina Boluarte; Honduras, Xiomara Castro; Sandra Mason (presidenta) e Mia Mottley (primeira-ministra), na república parlamentarista de Barbados (Duda BLUMER, 2024).

Sem dúvida, além das violências produzidas pelo machismo, entre as quais se incluem, infelizmente, altas taxas de feminicídio, Claudia necessitará do apoio da ampla coligação que a elegeu, para enfrentar outros grandes desafios, por exemplo, o poder dos cartéis das drogas, que fazem suas próprias leis, e as intermináveis tensões na fronteira com os Estados Unidos.

Ainda sobre aspectos positivos, ressaltamos, desta vez no âmbito do contexto nacional, tal como fizemos em editorial recente (Mara C. de S. LAGO *et al.*, 2023), a retomada das

políticas sociais no país pelo governo Lula, eleito em outubro de 2022. Consideramos que, apesar dos obstáculos impostos por uma maioria de opositoristas no Congresso, os quais refletem o conservadorismo político de amplos setores da população, têm ocorrido avanços nas políticas para mulheres, nas políticas étnico-raciais e de gênero, bem como no âmbito dos direitos humanos, num clima de diálogo entre os movimentos sociais e o governo. Destacamos, especificamente, alguns programas e ações sociais relevantes que vêm sendo implementadas pelo Ministério das Mulheres, quais sejam: a proposta de mobilização Brasil sem Misoginia; o Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios; Programa Mulher Viver sem Violência; Casa da Mulher Brasileira; Casa da Mulher Indígena; Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – 7ª edição; Programa Dignidade Menstrual; Ligue 180, serviço de utilidade pública voltado para o enfrentamento das violências contra as mulheres (MINISTÉRIO DAS MULHERES, 2024). Criada em 2023, na atual configuração, a pasta comandada pela ministra Cida Gonçalves é responsável por políticas de garantia dos direitos das mulheres e igualdade de gênero. Também elabora e implementa campanhas educativas e antidiscriminatórias de abrangência nacional. Recentemente, em parceria com a UFSC, lançou o projeto “Participação política e enfrentamento às violências de gênero e raça na América Latina e Caribe”. Coordenado pela pesquisadora Joana Célia dos Passos, vice-reitora da UFSC, o projeto tem por objetivo investigar e analisar políticas de combate à violência política em países da região, além de identificar mecanismos legais que criam oportunidades para o avanço das mulheres nos espaços políticos.

Não por acaso, as violências contra elas – que atingem de modo assustador os filhos e as filhas – constituem um dos principais focos de atenção desse Ministério. Dados recentemente publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023) evidenciam, entre outros informes relevantes, que

em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. A edição 2023 do Relatório Atlas da Violência mostra que, enquanto a taxa de homicídios da população em geral apresentou queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021.

Os dados revelam as relações entre as questões raciais e de gênero com a violência extrema: “2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil, em 2021, o que representa 67,4% do total de mulheres assassinadas e 4,3 para cada 100 mil”. Além disso, confirmam os perigos representados pela expansão do acesso às armas de fogo, utilizadas “na maioria dos assassinatos de mulheres no Brasil”, haja vista que metade dos feminicídios ocorridos entre 2012 e 2020 envolveram seu uso (IPEA, 2023). O Relatório ressalta que as violências têm também como alvo as pessoas LGBTQI+, principalmente jovens, pois “entre 2020 e 2021, 59,3% das vítimas de violência que se reconhecem como homossexuais tinham entre 10 e 29 anos”, mesma faixa etária das pessoas bissexuais (IPEA, 2023).

Informações divulgadas pelo Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) revelam mudanças relativas ao quesito cor, refletindo as lutas dos movimentos pela afirmação da negritude: na comparação com o Censo de 2010, os dados obtidos em 2022 mostram que “houve aumento na autodeclaração das mulheres pretas (de 7,2% para 9,7%) e na de mulheres pardas (de 42,5% para 44,8%), com redução na autodeclaração das brancas (de 48,7% para 44,4%)” (MINISTÉRIO DAS MULHERES, 2024).

Destacamos a seguir apenas duas informações que se relacionam, direta ou indiretamente, com os dados da citada pesquisa do IPEA, pois sinalizam as desigualdades de gênero, a sobrecarga das mulheres pobres com o trabalho reprodutivo e suas consequentes dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Em 2022, constatou-se que “4,3 milhões de mulheres chefiavam domicílios sem cônjuges e com filhos de até 14 anos, sobretudo mulheres pretas ou pardas (65,8%), enquanto apenas 501 mil homens o faziam” (MINISTÉRIO DAS MULHERES, 2024). Uma proporção maior de mulheres do que de homens chefiava os domicílios com rendimento de até um salário mínimo (SM) per capita, enquanto os homens chefiavam uma proporção maior de domicílios com rendimentos acima de 1 salário mínimo por pessoa.

Num adendo muito recente a todas estas informações de desigualdades que atingem as mulheres, a Câmara dos Deputados Federais brasileira aprovou, no dia 12 de junho, em votação relâmpago, a tramitação em regime de urgência de um projeto que equipara a pena por aborto à de homicídio. Com esta urgência, o projeto seria votado diretamente no plenário da Casa, sem passar por análise de comissões relacionadas ao seu tema, pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que declarou a matéria aprovada de maneira simbólica após 23 exíguos segundos de sua apresentação ao plenário. O Projeto de Lei 1904/24 prevê que o aborto realizado acima de 22 semanas de gestação, em qualquer situação, passará a ser considerado homicídio, inclusive no caso de gravidez resultante de estupro. A pena será de seis a 20 anos para mulher que fizer o procedimento (IBDFAM, 2024). Atualmente, a legislação permite o aborto ou a interrupção de gravidez nos casos em que a gestação decorre de estupro, ou coloca em

risco a vida da mãe, ou no caso de bebês anencefálicos. Não está previsto um tempo máximo da gestação para que seja realizado. Meninas vítimas de estupro serão as mais penalizadas com a medida, por isso, movimentos feministas e que lutam pela defesa da vida das mulheres, meninas e pessoas que gestam estão chamando o projeto de PL da Gravidez Infantil e PL do Estupro, conclamando reações com o slogan: *Criança não é mãe, estuprador não é pai*.

As manifestações contra a PL do Aborto ganharam força política nas redes sociais e nas ruas do país com significativas marchas em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Florianópolis e outras cidades. As numerosas e intensas manifestações provocaram o recuo do Presidente da Câmara ao afirmar que a aprovação da urgência não significa consenso e que a relatora (ainda não definida, com apenas a promessa de que será uma mulher) é quem dará o tom do texto final, o que não agradou a bancada do aborto. Convém assinalar, no espaço da REF, que, em 2022, o Brasil registrou 65.569 estupros de mulheres e meninas, o maior número da história. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2023, 48.921 (74,6%) das vítimas eram meninas menores de 14 anos. “Nós não podemos aceitar que o pouco que nós temos de garantia de direito para meninas e mulheres seja destruído nesse momento”, declarou a Ministra Cida Gonçalves em entrevista à CNN Brasil. Para ela, o PL é inconstitucional e, por isso, “ele não pode nem entrar em votação”.

A Seção Temática que encerra a publicação dos artigos deste número da Revista traz reflexões fundamentais sobre o tema da contracepção e o avanço das pautas conservadoras em nosso tempo. Lutar contra os antifeminismos e antigenerismos que, no fundo, regem a questão do aborto, pode ser batalha equiparada às das guerras e dos conflitos que exigem nossa constante vigilância.

Em instâncias responsáveis pelas políticas sociais, por exemplo, no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, programas de alto impacto na vida das mulheres e das crianças também estão em andamento. Entre eles, a reestruturação e ampliação do Bolsa Família, cujo valor mensal atual corresponde a 600 reais por família, com adicional de 150,00 por criança de 0 a seis anos; adicional de 50,00 de crianças e adolescentes dos sete aos 18 anos. A partir de outubro de 2023, foi instituído também o Benefício Variável Familiar Nutriz, equivalente a seis parcelas de 50,00 para melhorar a qualidade nutricional nos primeiros meses de vida das crianças (MDS, 2023)¹. A ampliação do Bolsa Família para um número maior de pessoas e com valores maiores constitui, sem dúvida, um marco importante no combate à fome e à miséria – ainda mais porque se articula com uma rede de proteção social que abrange as políticas de saúde, educação e assistência social. Dados recentes comprovam a necessidade de um programa dessa natureza, numa sociedade que tem se caracterizado pela expressiva desigualdade socioeconômica. Por exemplo, o I Inquérito sobre a Insegurança Alimentar no Município do Rio de Janeiro concluiu que meio milhão de cariocas passam fome atualmente (INCJ/UFRJ, 2024).

A esse respeito, Ana Cristina Campos resume os resultados da pesquisa através da síntese produzida por Rosana Salles-Costa, professora e pesquisadora do INJC/UFRJ: o perfil das pessoas que passam fome no Estado do Rio de Janeiro é compatível com as desigualdades nacionais. Famílias que enfrentam insegurança alimentar grave são chefiadas por mulheres; em geral, se trata de pessoas pretas ou pardas, com baixo nível de escolaridade, desempregadas e/ou com renda inferior a um quarto do salário mínimo per capita (CAMPOS, 2024).

No conturbado contexto internacional, tem chamado atenção a pior de todas as tragédias do século com a escalada das guerras, especialmente duas delas: entre a Rússia e a Ucrânia, que tem se caracterizado como o pior conflito no âmbito do continente europeu desde a II Guerra Mundial, deixando um rastro de morte de soldados e da população civil ucraniana, além da destruição da infraestrutura do país. E a mais recente guerra do governo de Israel contra o povo Palestino, iniciada em outubro de 2023, após ataque do Hamas a soldados e civis israelenses na proximidade da fronteira com Gaza. Imagens amplamente divulgadas pela mídia internacional mostram os crimes de guerra que vêm sendo cometidos contra civis palestinos, através de sucessivos ataques promovidos pelas máquinas de guerra israelenses, que mataram, até o momento da escrita deste Editorial, 36 mil pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, destruindo pelo caminho a infraestrutura básica de seu território e precarizando ao limite o atendimento em saúde, o acesso à água e aos alimentos, moradia, segurança, vida, enfim.

Para agravar o cenário internacional, além dessas duas guerras entre países, que tem envolvido direta ou indiretamente os países vizinhos, segundo a ONU, em 2021, guerras civis de longa duração tiveram continuidade na Síria – completando 13 anos de guerra civil, com mais de 350 mil mortos – e no Iêmen, conflito iniciado em 2015, com mais da metade da população a enfrentar escassez de alimentos. Paralelamente, novos conflitos têm causado graves instabilidades em outros países: a tomada do Afeganistão pelo Talibã; enfrentamentos armados em Myanmar, na Etiópia, Sudão, Mali, República Centro-Africana, Burkina Faso, República dos

¹ Detalhes sobre estes e demais benefícios podem ser encontrados no site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Camarões, República Democrática do Congo, Iraque, Haiti, Níger, Nigéria, Somália, Sudão do Sul, Sudão. Em todos esses países, as guerras têm deixado o rastro do sangue de um alto número de crianças e mulheres mortas, de fome, desnutrição, de um assustador desprezo pelos direitos humanos, principalmente o direito à vida (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021). Esse conjunto de enfrentamentos armados, sem dúvida, beneficia a indústria das armas, os senhores das guerras, os projetos políticos expansionistas e as pautas autoritárias. Temos assistido com tristeza e espanto a uma espécie de naturalização das guerras. Guardadas as devidas proporções, temos assistido àquilo que Hannah Arendt denominou, na década de 1960, de “banalização do mal”, sem esquecer o sentido que atribuiu, em sua vasta obra, ao conceito de violência como o resultado da incapacidade dos opressores em estabelecer e sustentar diálogos. Ou seja, de lidar com as diferenças (ARENDE, 2000).

Infelizmente, há risco de que embates potenciais venham contribuir ainda mais para a escalada das guerras, nos conflitos entre a China e países ocidentais que apoiam a separação de Taiwan em relação à República Chinesa e na continuidade das hostilidades entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, nações autônomas com ideologias geopolíticas contrárias.

Na ampliação do rol das notícias difíceis, o caos climático tem atingido, nas últimas décadas, em maior ou menor proporção, países em todo o mundo. No Brasil, as enchentes do Rio Grande do Sul (RS) que ocorreram de modo mais expressivo durante o mês de maio deste ano fazem parte desse quadro mais geral. Ao ilustrar a extensão dessa catástrofe, num balanço publicado em 04 de junho, o Estado do RS e a Defesa Civil divulgaram os seguintes dados: 476 municípios afetados; 35.103 pessoas em abrigos; 575.171 desalojados; 2.392.686 afetados; 806 feridos; 44 desaparecidos; 172 óbitos confirmados; 77.874 pessoas resgatadas; 12.543 animais resgatados. Registrava-se 28.077 funcionários do Estado envolvidos nas operações de resgate, 4.046 viaturas, sete aeronaves e 124 embarcações.²

Campanhas de doações e um expressivo número de voluntários têm colaborado para apoiar a população, desencadeando várias ações, tais como a organização de abrigos, distribuição de alimentos, participação nas operações de resgate e mobilização de vários setores da sociedade, entre outras. As estratégias para reconstrução do Estado, das moradias, da economia, da saúde da população etc. estão sendo discutidas e desencadeadas mediante as articulações entre equipes do governo federal, que constituiu uma Secretaria Especial para tratar da reconstrução do estado sulino, em articulação com o governo estadual e prefeituras.

Simultaneamente à tragédia das enchentes do Rio Grande do Sul, notícias divulgadas por diferentes veículos da mídia assinalavam, em maio, a terceira onda de calor no México, onde a temperatura chegou em média a 45°C, atingindo entre 47 e 51°C em algumas localidades, o que acarretou mortes e doenças (Paola BUENO, 2024). Enquanto isso, o calor extremo na Índia chegou a 52,3°C, provocando racionamento de água, maiores probabilidades de desenvolvimento de doenças ligadas ao calor, altos riscos para as populações vulneráveis (UOL, 2024).

Ainda em maio, uma forte tempestade ameaçou 30 milhões de norte-americanos. Segundo a CNN Brasil, na tarde do dia 27 de maio, um alerta foi transmitido para as áreas metropolitanas de Nova York, Filadélfia, Newark e Nova Jersey, onde fortes rajadas de vento, granizo e tornados constituiriam as maiores ameaças (Mary GILBERT, 2024). Além dessas tragédias ambientais, cujo pano de fundo não é apenas o meio ambiente, mas as inúmeras decisões políticas equivocadas e arbitrárias a respeito, muitas outras ocorreram entre abril e maio deste ano, inclusive terremotos e tufões no continente asiático.

Os acontecimentos acima descritos demonstram a pertinência da realização, entre 29 de julho e 2 de agosto do corrente ano, do *Seminário Internacional Fazendo Gênero 13*, com os temas anticolonialismo, antifascismo e justiça climática para se contrapor ao fim do mundo, desta feita no formato presencial, com poucas atividades virtuais, como as impostas na edição de 2022 pela pandemia da Covid 19. Frente às calamidades que o planeta e o Brasil têm sofrido, agora com as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul, com território superior a muitos países do Ocidente e além, a intersecção entre fascismo, colonialismo e catástrofes climáticas se desvelou em toda a sua incontornável materialidade. Isto porque não há formas de desmembrar colonialismo e fascismo dos radicalismos de direita que se alastram, reforçadores do neoliberalismo que suportamos, contaminados pelos negacionismos anti-ciências que os caracterizam.

O Fazendo Gênero 13, organizado desde 2005 pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IEG/UFSC), completa agora 30 anos desde sua primeira edição, realizada em 1994, no Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, reunindo pesquisadoras que formaram um grupo em torno do qual o evento passou a se repetir, com um número crescente de pesquisadoras/es docentes, discentes, num rápido processo de internacionalização.

² Esses dados são divulgados diariamente. Portanto, já devem ter sofrido mudanças. Disponível em <https://estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-4-6-9h>.

Esta edição do Encontro Internacional Fazendo Gênero 13: Contra o fim do mundo: anticolonialismo, antifascismo e justiça climática, conta com a inscrição de 6 mil pessoas e sua programação já está disponível. Dela constam quatro Conferências, 45 Mesas-Redondas, 184 Simpósios Temáticos, 2.800 Comunicações Orais, 200 Pôsteres, Tenda, Feiras, Minicursos, Oficinas, Marcha, incluindo uma série de atividades que poderão ser acompanhadas via web.³

Antes de fazermos o costumeiro resumo dos artigos publicados nas diferentes seções deste segundo número da Revista em 2024, registramos ainda, com alegria, a eleição de mais uma mulher para a Academia Brasileira de Letras: a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, professora das Universidades de São Paulo e Princeton, autora de mais de 30 livros, grande parte deles dedicados à questão racial no Brasil. Schwarcz é referência importante nas humanidades para o tema, e o próximo livro que anunciou será sobre branquitude.

Contraposta à notícia que nos causa alegria, registramos, com pesar, o falecimento de Maria da Conceição Tavares em 08/06/2024, aos 94 anos. Nascida em Portugal e naturalizada brasileira, foi professora das Universidades do Rio de Janeiro (UERJ) e de Campinas (UNICAMP), sendo responsável pela formação de várias gerações de economistas no país.

Com relação aos textos publicados neste número do volume 32 da REF:

A autora do artigo “Donna Haraway e a implosão do projeto moderno de ciência”, que abre a primeira seção deste número da Revista, faz uma lúcida análise do tecnofeminismo de Donna Haraway, na leitura crítica que esta desenvolveu ao projeto moderno/masculinista de ciência, fundado na separação natureza e cultura. Ao trazer uma análise interconectada dos textos *O Manifesto Ciborgue*, *Saberes Localizados* e *Modest Witness*, a autora elucida o peso que trouxe à teoria feminista a crítica de Haraway à concepção de objetividade do cientista desconectado de seu contexto e posições (de gênero, inclusive). Texto de leitura necessária sobre escritos de Haraway publicados nas décadas de 1980 e 1990, cuja atualidade perdura.

Através de uma criteriosa revisão de literatura, o artigo “Interseccionalidade: proposta de um mapa teórico provisório” visa analisar esse conceito mediante a elaboração de um “mapa teórico”, ou seja, uma síntese da sua emergência bem como dos seus diferentes significados e vinculações com o princípio de justiça social, com vistas ao resgate do seu comprometimento com a emancipação política.

No artigo “Feminismo Negro na Literatura Angolana” encontra-se uma análise interseccional do *Diário de um exílio sem regresso* (publicado em 2003, escrito entre 1956 e 1967), da angolana Deolinda Rodrigues, que procura evidenciar as ideias da autora no período das lutas anticoloniais confluentes com as primeiras ideias do feminismo negro, ou seja, as contribuições da autora permitem repensar as genealogias do feminismo negro, bem como ajudam a construir a história de países africanos através da literatura, do ativismo e da experiência.

Para a compreensão das abordagens da história eleitoral contemporânea no Brasil, o artigo “De Alzira Soriano a Tainá de Paula: as eleições de 2020 sob uma perspectiva interseccional” apresenta como as alterações do código eleitoral propostas em 2021 evidenciam progressos e retrocessos impostos às mulheres na política, especialmente no contexto do Rio de Janeiro. A análise parte de uma leitura interseccional da representação de mulheres através de dados eleitorais, exemplificada através das performances antagônicas de duas vereadoras eleitas no estado.

O artigo “Movimento feminista negro, ação coletiva e incidência em políticas públicas” faz uma análise do feminismo negro a partir da atuação de algumas de suas protagonistas, segundo a utilização de vários elementos metodológicos como entrevistas em profundidade, documentos e a revisão de literatura. A partir dos dados, as autoras encontraram quatro formas principais de atuação das ativistas: a) protestos e ação direta, b) participação institucionalizada em conselhos, conferências e orçamento participativo, c) ocupação de cargos na burocracia por ativistas e d) ocupação política, por meio de cargo eletivo de vereadora. Trata-se, assim, de um artigo fundamental para a compreensão sobre como o feminismo negro tem alcançado novos espaços no Brasil contemporâneo.

Ao tratar do desenvolvimento da arqueologia feminista e de gênero no país, a autora do artigo “Trajetórias e desafios das arqueólogas no Peru” busca apresentar a inserção e a contribuição das mulheres à arqueologia peruana. Destaca a importância dos movimentos feministas na abertura da disciplina para o acesso das mulheres ao trabalho arqueológico, afirmando perdurarem, no entanto, resistências e desafios às arqueólogas peruanas.

O alcance das desigualdades de gênero no âmbito doméstico provocadas pela pandemia da Covid 19 é discutido no artigo “Hogar en pandemia: Desigualdad en tareas domésticas y de cuidado en Paraguay”. O modelo de investigação incluiu a realização de entrevistas, submetendo as informações obtidas a análises quantitativas e qualitativas. Os resultados apontaram para a sobrecarga de trabalho das mulheres na realização das tarefas domésticas e no cuidado de pessoas da família. Entre os casais heterossexuais, elas entendem que os maridos as “ajudam”,

³ Os detalhes sobre o evento podem ser encontrados em <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br>.

enquanto eles se percebem mais participantes do que o são de fato. Os casais LGBTs admitiram uma distribuição mais igualitária das tarefas do que os heterossexuais.

A partir de uma pesquisa quantitativa, envolvendo 2.124 estudantes de quinto e sexto ano do ensino básico, o artigo "School, Literature and Sexual Stereotypes. Didactic Analysis" chega a conclusões bastante preocupantes com relação aos estereótipos de gênero na literatura infantojuvenil. Na pesquisa, que separa respostas de meninas e meninos, fica clara uma concordância com os estereótipos de gênero vigentes e também uma preferência por protagonistas masculinos nos livros. A pesquisa possibilita importante reflexão sobre a literatura produzida para o público jovem e adolescente, e sobre o papel da escola na construção da leitura crítica, com perspectiva de gênero.

Em "Cotidiano, pandemia e a experiência urbana gay: afeminação como categoria analítica", a experiência urbana de homens gays afeminados é explorada a partir de uma perspectiva quantitativa (questionário com 240 sujeitos) e qualitativa (entrevista com 8 sujeitos). A cidade é compreendida como um espaço em que estes sujeitos são vulnerabilizados por comportamentos heteronormativos e violência em face da sua performance afeminada. A pandemia de Covid 19 agudizou estas violências, pois elas se intensificaram também nos espaços familiares, com o confinamento das pessoas nas casas. O artigo faz assim uma necessária reflexão sobre a diversidade de experiências na população LGBTQIAPN+, mesmo dentro de apenas uma dessas letras, no caso, dentro daquelas pessoas que se identificam como Gays.

O artigo "El arquetipo de la 'dead-but-not-gone girl' en las series adolescentes de Netflix: muertas y sin voz" tem como objetivo analisar arquétipos de adolescentes em duas séries da plataforma Netflix: 13 Reasons Why (2017-2020) y Élite (2018-). Para o objetivo, foi utilizada como técnica de análise a primeira temporada de cada série, sendo que elas já mostram a representação das personagens adolescentes mulheres como objeto de desejo e de obsessão dos personagens masculinos, que buscam vingança e, especialmente, suas mortes, cujas vozes passam a atormentar os personagens vivos.

Questões ligadas ao gênero e à sexualidade são abordadas numa perspectiva geracional no artigo "Envelhecimento LGBTQIA+: auscultando profissionais em contexto institucional". Ao tentar romper com o silenciamento sobre o tema, a autora analisou as percepções de profissionais que atuam em instituições residenciais para pessoas idosas sobre as influências da orientação sexual, da identidade de gênero, das expressões de gênero e/ou das características sexuais sobre as vidas das/os residentes.

As autoras e autor do artigo "A reprodução assistida em Cuba: traços de uma biopolítica racial" desenvolvem análise crítica de uma das tecnologias reprodutivas praticadas pelo Estado cubano, país que se destaca nas Américas por oferecer programas de educação e saúde pública para toda a sua população. Caracterizam, em sua análise, como biopolítica racial do parentesco as práticas que se concentram na vigilância de traços fenotípicos como condição para a troca de material reprodutivo entre doadoras e receptoras, coibindo as possibilidades da subversão de pressupostos racistas pelo controle da mistura de óvulos portadores de marcas fenotípicas.

O texto "Sexualidades entre saber-poder, resistências e linhas de fuga em 'Doutor Maravilha'" analisa várias postagens que constam na página do Instagram intitulada @Doutor Maravilha, um infectologista que se autodefine como um médico gay, focalizando as relações de saber e poder médicos. A análise se inspira nos enfoques teórico-epistemológicos das obras de Michel Foucault e Gilles Deleuze. A pesquisa adotou como ponto de partida uma crítica das mídias digitais como formadoras de opiniões e de condutas, em particular no que se refere a uma cultura da prevenção do corpo e da saúde, principalmente através dos discursos moralizantes disseminados a partir do surgimento da aids.

"¡Todo salía de mi vaginal!": Migración venezolana y trabajo sexual en clave singular" aborda a trajetória de uma trabalhadora sexual venezuelana migrante e, a partir dela, faz uma análise da questão da feminização das migrações, e da transnacionalização do mercado sexual. A partir da entrevista realizada, e seguindo o seu fio, são abordadas uma série de características da migração venezuelana e do mercado de trabalho sexual, tais como a sujeição através da dívida, as políticas de cuidado e o tráfico de pessoas. Embora o artigo faça uma análise detalhada da questão a partir de uma sujeita venezuelana, esta análise pode contribuir para a compreensão mais global das políticas migratórias da América Latina como um todo, pois são realidades que se cruzam no mercado transnacional dos trabalhos sexuais e de cuidados.

A Seção Temática que encerra a publicação de artigos deste número da REF traz análises sobre tema de fundamental importância e atualidade nos tempos que vivemos. São textos que refletem sobre as ondas conservadoras que se têm elevado em muitos continentes e atingem diferentes países com considerável poder de retrocesso em relação a conquistas arduamente atingidas pelas lutas de movimentos sociais na modernidade. Os artigos que compõem esta Seção trazem estudos sobre a América Latina e Espanha, marcadas na última década por

el Paro Internacional de Mujeres de 2017 y 2018, los movimientos ¡Marielle, Presente! y NiUnaMenos, el himno 'Un Violador en Tu Camino' de Las Tesis y la marea de los pañuelos verdes. También de logros institucionales y legislativos en materia reproductiva, salud y educación sexual, de luchas contra la violencia de género y el reconocimiento de las personas LGBTI+ y trans (Francisco Jiménez AGUILAR; Diana Paola GARCÉS-AMAYA, 2024).

Artigos que, segundo a/o organizadores da Seção Temática, sem reduzir os termos antifeminismos e antigênerismos a uma definição acabada, ajudam a responder perguntas que persistem sobre qual sua natureza, como se constroem, quem se identifica como antifeminista/ antigênero, quais as consequências políticas destas posições. Enfim, reflexões sobre problemas de particular interesse para leitoras/es e todas as pessoas envolvidas com revistas feministas de gênero, sexualidades...

Sempre temos como objetivo no Editorial a presença da natureza discursiva das resenhas publicadas a cada número, das peculiaridades da linguagem de quem publica os livros abordados e de quem os lê, das subjetividades nas leituras, todas elas marcadas pela confluência dos temas de publicações feministas nos dois últimos anos. Esta montagem de uma biblioteca aqui proposta inscreve-se, teórica e metodologicamente, como a possibilidade de construir espaços/textos de uma memória histórica, teórica, crítica e cultural das questões e publicações de gênero. Neste número, por exemplo, constituímos uma trajetória crítica pela política da casa, por setores populares da Argentina, pelo futebol feminino no Brasil, pelas narrativas ficcionais de autoria feminina, que desenterram existências, pela necessidade de se repensar os modelos econômicos diante da desigualdade de gênero e pela premência de se entender o uso responsável da Inteligência Artificial. São olhares instigantes à espera de outros olhares tão desafiantes quanto deste sistema provocador: autoria, obra e público, ou seja, a disseminação da necessária leitura para futuras pesquisas.

Referências

ARENDETT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém. Um Relato sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AGUILAR, Francisco Jiménez; GARCÉS-AMAYA, Diana Paola. "Aproximaciones críticas a las amenazas antigênero y antifeministas en América Latina y España". *Revista Estudos Feministas*, v. 32, n. 2, e100791, 2024.

BLUMER, Duda. "Com Scheinbaum no México, apenas quatro mulheres são presidentes e governam países no mundo". *Opera Mundi*, 03/06/2024. Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/com-sheinbaum-no-mexico-apenas-quatro-mulheres-sao-presidentes-e-governam-paises-no-mundo/>. Acesso em 04/06/2024.

BUENO, Paola. "Onda de calor extrema faz temperaturas baterem recordes no México, causando a morte de pessoas e macacos!". *Meteored*, 26/05/2024. Disponível em <https://www.tempo.com/noticias/actualidade/onda-de-calor-extrema-faz-temperaturas-baterem-recordes-no-mexico-causando-a-morte-de-pessoas-e-macacos.html>. Acesso em 29/05/2024.

CAMPOS, Ana Cristina. "Mapa aponta que quase meio milhão de cariocas passa fome". *Agência Brasil*, 29/05/2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/mapa-aponta-que-quase-meio-milhao-de-cariocas-passam-fome>. Acesso em 02/06/2024.

FARINELLI, Vitor. "Judia, presidente eleita do México já pediu à ONU por criação de um Estado palestino". *Opera Mundi*, 03/06/2024. Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/judia-presidente-eleita-do-mexico-ja-pediu-a-onu-por-criacao-de-um-estado-palestino/>. Acesso em 04/06/2024.

GILBERT, Mary. "Tempestade nos EUA deixa 30 milhões de americanos sob ameaça". *CNN Brasil*, 27/05/2024. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/tempestade-nos-eua-deixa-30-milhoes-de-americanos-sob-ameaca/>. Acesso em 30/05/2024.

IBDFAM. Instituto Brasileiro de Direito da Família. "Retrocesso: Câmara aprova urgência para PL que equipara aborto legal a homicídio". *IBDFAM*, 13/06/2024. Disponível em <https://tinyurl.com/mryusbzj>.

INJC. Instituto de Nutrição Josué de Castro; FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE À FOME. "I Inquérito sobre a Insegurança Alimentar no Município do Rio de Janeiro – o Mapa da Fome da Cidade do Rio de Janeiro". *PBO – Painel Brasileiro da Obesidade*, 2024, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. "Atlas 2023: violência contra Mulher". IPEA, 2023. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/276/atlas-2023-violencia-contra-mulher>. Acesso em 30/05/2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. "Violência contra população LGBTQI+". IPEA, 2023. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1643-dashboard-lgbtqi-06-12.pdf>.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MINELLA, Luzinete Simões; WOLFF, Cristina Scheibe; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. "Urgências e Singularidades do Tempo Presente". *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 3, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/97154>. Acesso em 14/06/2024.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. Acesso à informação. "Ações e Programas". *Ministério das Mulheres*, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1>. Acesso em 01/06/2024.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. "Relatório Anual Socioeconômico da Mulher volta a ser publicado após quatro anos". Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. *Ministério das Mulheres*, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/abril/relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-volta-a-ser-publicado-apos-quatro-anos/>.

MDS. Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 20 Anos Bolsa Família. "Bolsa Família inicia pagamentos nesta quarta-feira (18.10) com R\$ 50 adicionais para nutrízes". *Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome*, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-inicia-pagamentos-nesta-quarta-feira-18-10-com-r-50-adicionais-para-nutrizas>. Acesso em 30/05/2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. "Retrospectiva 2021: Apoio da ONU a países em conflito". *Nações Unidas Brasil*, 28/12/2021. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/166955-retrospectiva-2021-apoio-da-onu-paises-em-conflito>. Acesso em 21/05/2024.

UOL. "Alerta Vermelho e racionamento de água: Índia enfrenta calor recorde de 52,3". UOL, 29/05/2024. Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/noticias/rfi/2024/05/29/calor-extremo-india-registra-recorde-de-523c-e-governo-rationa-agua.htm>. Acesso em 02/06/2024.

Luzinete Simões Minella (simoesluzinete@gmail.com) é graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela UFBA (1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Fez parte do quadro de docentes do Departamento de Sociologia da UFBA entre 1975 e 1991. Vinculou-se ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, de 1991 até 2002, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política entre 1991 e 2005. É Professora Adjunta IV aposentada da UFSC, atuou como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, tendo coordenado por vários anos a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participou de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Entre os projetos, destaca a coordenação editorial da Revista Estudos Feministas entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008, quando passou a fazer parte da editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação a partir de dezembro de 2016. É membro da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, principalmente nessas áreas. Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação e livros, além de trabalhos completos em anais de eventos etc.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiraramos@gmail.com) é doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da Revista Estudos Feministas e do Conselho Editorial das revistas UniLetras, Mafuá Ciências e Letras, Literatura Hoje,

Signótica e Anuário de Literatura. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero.

Mara Coelho de Souza Lago (maralago7@gmail.com), doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), é Professora Titular aposentada do Departamento de Psicologia da UFSC, instituição que a agraciou com o título de Professora Emérita. Como professora voluntária, continuou atuando (2010-2023) nos quadros de docentes permanentes dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Atualmente participa do Conselho Consultivo do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e da Coordenação Editorial da Revista Estudos Feministas. Seus interesses de pesquisa e docência se relacionam a estudos feministas e de gênero, psicologia social, psicanálise, antropologia, interdisciplinaridade, com publicações de livro, coletâneas e artigos voltados para esses campos de conhecimentos.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005 realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes, Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º Women's Worlds Congress, realizado na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Feminismos contra calamidades, guerras e conservadorismos". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 32, n. 2, e100788, 2024.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 25/06/2024

Aceito em 26/06/2024
